

“ALIANÇAS EXÓTICAS”: A INTEGRAÇÃO DO BRASIL COM A AMÉRICA LATINA NA ÓTICA DE O GLOBO¹

GT3: Comunicação Política e Mídia

Juliana Gagliardi de Araujo² e Afonso de Albuquerque³

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar como o discurso do jornal O Globo sobre as alianças construídas pela atual política externa brasileira. Nosso argumento é que ao falar sobre isso o jornal demonstra a defesa de um determinado modelo de desenvolvimento e de inserção na ordem global em reação a mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas na América Latina nos últimos quinze anos, a partir do movimento de “virada à esquerda”. Esse movimento viabilizou uma crise de identidade ao se chocar com a premissa de que a região teria um compromisso natural com um modelo ocidental de desenvolvimento. Nesse sentido, pode-se observar o Grupo de Diários América (GDA) como uma aliança que assumiu, ao longo do tempo, o papel de agente de reação a esse conjunto de mudanças. Nesse contexto, os veículos que compõem o GDA e, especificamente O Globo, constroem um movimento de reação ao definir essas mudanças como inadequadas e ao reafirmar o modelo ocidental como ideal e como único caminho para o desenvolvimento.

O momento deveria ser de revisão da política de alianças exóticas.

¹ Trabalho apresentado ao GT Comunicación Política y Medios, do XII Congreso da ALAIC (2014).

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. E-mail: jugagliardi@gmail.com

³ Doutor em Comunicação e Cultura (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação (UFF), Brasil. E-mail: afonsoal@uol.com.br

Já é da História que Lula e o PT foram sensatos em manter a rota da política econômica, ao assumirem em 2003. O governo e o país escaparam de grave crise. Mas, talvez para compensar o “conservadorismo”, uma manobra radical foi executada na política externa. Instituiu-se a “diplomacia companheira”, inspirada na ideologia nacionalista e terceiro-mundista das décadas de 60 e 70 do século passado, quando Unctad era sinônimo de independência. Ressuscitou-se um antiamericanismo juvenil, importada do passado, do mundo bipolar da Guerra Fria.⁴

Até muito recentemente a América Latina em geral, e os vizinhos sul-americanos em particular constituíam um tema pouco interessante para os brasileiros, e pouco representado por sua imprensa. Diversos fatores contribuíram para isto. Para começar, o Brasil é um país de língua portuguesa, cercado por países de língua castelhana. Em segundo lugar é um país de dimensões continentais, com mais de oito milhões de quilômetros quadrados, o que lhe permitiu desenvolver um senso de autossuficiência relativamente a seus vizinhos. A estes fatores mais gerais somam-se outros, de natureza histórica: diferentemente dos países hispano-americanos, que adotaram o regime republicano após sua independência, o Brasil permaneceu como uma monarquia (ou Império) e, ainda mais importante, com monarcas europeus: o Brasil não contou com libertadores, como seus vizinhos; sua independência se deu pelas mãos do filho do rei de Portugal, o antigo colonizador. Por paradoxal que possa parecer, o Brasil se percebeu por muito tempo como uma monarquia europeia incrustada na América do Sul e, coerentemente com isto, virou as costas para os seus vizinhos. Esta postura persistiu mesmo depois de o país ter adotado um regime

⁴ Trechos reproduzidos do editorial de O Globo, “O destino dos aliados do Itamaraty”, 1/12/2011.

republicano, em 1889: o país manteve seu foco prioritário no reforço dos laços com os países da Europa Ocidental e, posteriormente, dos Estados Unidos.

Mais recentemente, contudo, esta tendência parece ter se revertido: a partir da segunda metade do século XX, o Brasil iniciou um processo de aproximação com seus vizinhos sul-americanos, embora nem sempre construído com bases em relações virtuosas – vide a Operação Condor, que uniu os aparatos repressivos dos regimes autoritários destes países nas décadas de 1960-70. Este processo atingiu o seu ápice neste século. Por um lado, a integração com os vizinhos sul-americanos se tornou um tema central da agenda do governo brasileiro desde que o Partido dos Trabalhadores conquistou a presidência em 2002 – e a manteve desde então. Esta aproximação foi favorecida pelo processo de “virada à esquerda” que afetou a maioria dos países sul-americanos no período e favoreceu um projeto de integração regional. Iniciativas de integração regional também foram patrocinadas pelo campo liberal/conservador. Um exemplo importante é o *Grupo de Diários América* (GDA), que reúne jornais de onze países da América Latina, dentre os quais o brasileiro *O Globo*. Originalmente um projeto de integração econômica, o GDA se transformou em uma aliança política de oposição aos governos de esquerda, cuja atuação supostamente ameaçaria valores fundamentais da civilização ocidental, dentre os quais a democracia representativa e a liberdade de imprensa.

Este cenário serve de contexto para a investigação que conduzimos neste texto. Ela diz respeito ao tratamento dispensado por *O Globo* à política externa dos governos petistas e, em particular, à ênfase que ela deposita em alianças com países vizinhos governados pela esquerda e aos países do Terceiro Mundo em geral – as “alianças exóticas” a que o jornal se refere. O termo “alianças exóticas” guarda uma óbvia proximidade com a expressão “ideologias exóticas”, que se tornou corrente na linguagem da polícia política na década de 1930 – em

referência a doutrinas políticas “estrangeiras” como a comunista e a nazifascista, em oposição ao interesse nacional – e ganhou renovada atenção durante o regime militar (1964-1985), agora em oposição ao Ocidente, no contexto da Guerra Fria. As “alianças exóticas” a que *O Globo* se refere mantém algo desta tradição, na medida em que as “alianças naturais” que se opõem a elas dizem respeito aos países ocidentais. Do ponto de vista do jornal, estas alianças são indicadoras de uma “diplomacia companheira” e “terceiro-mundista”, e se tornam um motivo de suspeita em relação às intenções do governo no plano interno.

O texto se organiza em três partes. Na primeira, contextualizaremos o ambiente político em questão, falando sobre a virada à esquerda que teve lugar recentemente na região. Os movimentos nela incluídos contribuíram para caracterizar um modelo de posicionamento político mais independente da região em relação a outros períodos da história. No segundo momento, apresentaremos o Grupo de Diários América. O consórcio de jornais criado na década de 1990 assume posicionamento mais claro a partir do contexto descrito no tópico anterior. A partir disso é possível compreender o ambiente em que o grupo se torna uma força de reação, que se opõe aos rumos políticos assumidos na região. O terceiro tópico resgata historicamente a noção tardia de pertencimento à América Latina do Brasil e mostra como isso afeta a forma pela qual *O Globo* enxerga a integração da política externa nacional com países representantes de uma determinada esquerda latino-americana. Para realizar este trabalho, recorreremos à análise de conteúdo de 13 editoriais e textos de opinião publicados pelo jornal entre 2011 e 2014.

A “virada à esquerda” na América Latina

Desde a virada do milênio, os países da América do Sul experimentaram processos paralelos de mudança política, descritos de modo genérico como uma “virada à esquerda” (Schamis, 2006; Castañeda, 2006; Seligson, 2007; Arditi,

2008; Rochlin, 2007; Cameron, 2009). O processo, iniciado pela ascensão de Hugo Chávez à presidência da Venezuela em 1999, foi seguido por Lula no Brasil em 2003, Néstor Kirchner na Argentina em 2003, Evo Morales na Bolívia e Michele Bachelet no Chile, ambos em 2006, Rafael Correa no Equador em 2007, Fernando Lugo no Paraguai em 2008 e Jose “Pepe” Mujica no Uruguai em 2010. Em todos os casos, presidentes de esquerda chegaram ao poder pela via eleitoral, parte deles foi reeleita para mandatos consecutivos ou viu seus herdeiros políticos ascenderem. Foram os casos de Lula, reeleito em 2006, e Dilma Roussef, eleita em 2010; Cristina Kirchner eleita em 2007 e novamente em 2011; Hugo Chávez, reeleito em 2000, 2006 e 2012 e sucedido por Nicolás Maduro em 2013, Evo Morales, reeleito em 2009; e Rafael Correa reeleito nas eleições de 2009 e de 2013.

A bem da verdade, o termo “esquerda” se aplica a uma diversidade considerável de situações, estilos de segurança e modelos políticos. Entre os estudiosos, tornou-se comum distinguir dois tipos de esquerda: uma “boa”, constituída por lideranças ou partidos originalmente vinculados a uma tradição marxista, convertidos à socialdemocracia, respeitadoras das instituições políticas e, não menos importante, dos princípios da sociedade de mercado, que incluiria países como o Brasil, o Chile e a Uruguai e outra “má”, caracterizada, estilo de governo populista, mais próximo do socialismo, melhor exemplificada pela Venezuela, pelo Equador e pela Bolívia. Para além das diferenças existentes entre os diversos regimes, os governos de esquerda da região desenvolveram inúmeras iniciativas que indicam a percepção de uma identidade e interesses comuns, tais como a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Aliança Bolivariana Para os Povos da Nossa América (Alba).

A “virada à esquerda” não foi a primeira onda de convergência política que atingiu os países da América do Sul. Antes dela, eles experimentaram transformações em comum que levaram à ampla difusão de regimes militares, entre as décadas de 1960 e 1980, e do neoliberalismo na região na década de

1990. Em todos estes casos, os movimentos de convergência foram acompanhados por iniciativas conjuntas entre os países sul-americanos envolvidos no processo, como por exemplo a Operação Condor que envolveu governos e forças de segurança de países da América do Sul (Brasil, Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai e Argentina) na montagem de um aparato comum de inteligência e repressão dos movimentos de esquerda durante o período em que os regimes militares predominaram no continente, e o projeto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) – que no final das contas não teve sucesso – na década de 1990. O que torna o processo de “virada à esquerda” diferente dos demais é o fato de ele ter levado ao poder setores políticos previamente marginalizados, tanto do ponto de vista social – em muitos casos representantes de setores subalternos da sociedade - quanto político – como atores políticos marginais e mesmo “subversivos”⁵.

O impacto provocado pela ascensão de um novo grupo de agentes políticos ao centro do poder seria considerável em quaisquer circunstâncias, mas adquire um significado ainda maior quando se considera o contexto mais amplo no qual ela teve lugar. Uma coisa é a “virada à esquerda” em um ou poucos países, outra é um processo generalizado em quase toda uma região. No primeiro caso, a mudança pode ser percebida como um inconveniente ou mesmo uma séria ameaça por seus opositores; no segundo caso a mudança se reveste do sentido de tendência histórica, contágio ou conspiração. Neste último caso, acontecimentos e processos de caráter mais radical, ocorridos em territórios vizinhos podem ser entendidos como prenúncios do que está por vir no próprio país.

Ainda mais importante, a “virada à esquerda” na América Latina se insere dentro de um panorama mais amplo de transformações na ordem global. Diferentemente do que se passou na década de 1990, na esteira do declínio do regime

⁵ Em alguns casos, ascenderam à presidência ex-militantes políticos que foram presos e torturados durante as ditaduras. Como Pepe Mujica, Dilma Roussef e Michelle Bachelet.

comunista e da União Europeia, quando os modelos dos países ocidentais desenvolvidos – e dos Estados Unidos, em especial – se tornaram dominantes em escala global – a tal ponto que os termos “globalização” e “americanização” passaram a ser tomados por muitos analistas como sinônimos – a década de 2000 assistiu a um movimento oposto, no sentido de um mundo multipolar. Este fenômeno está ligado a dois tipos de fatores. Em primeiro lugar, assistimos ao advento de novos agentes economicamente relevantes no cenário global, os chamados “países emergentes”, dos quais o grupo BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) constitui o exemplo mais conhecido. Originalmente um termo cunhado para indicar para os agentes econômicos internacionais um campo de investimento potencialmente muito rentável, os BRICs – que depois se converteram em BRICS, após a África do Sul se juntar ao grupo – se converteram em um grupo de pressão política, cujo propósito explícito é representar a voz dos “emergentes” (e dos excluídos da antiga ordem mundial). O segundo aspecto diz respeito à crise experimentada pelo Ocidente, tanto no âmbito político quanto no econômico. No campo político, a agenda otimista da década de 1990 cedeu lugar a uma mentalidade defensiva, expressa de maneira exemplar no conceito de “guerra ao terror” e em elementos como a xenofobia e a valorização da segurança em detrimento da liberdade de expressão a ele associados. No campo econômico, os países ocidentais – e especialmente os componentes da União Europeia – têm amargado uma prolongada crise econômica desde 2008.

Neste contexto de transformação da ordem global, as relações internacionais ganharam grande visibilidade na agenda dos meios de comunicação brasileiros. De fato, há sólidas razões para isto. Em 2009, pela primeira vez a China superou os Estados Unidos como principal parceiro econômico do Brasil. Igualmente, o país estreitou seus laços com países da América Latina e da África, em detrimento de um contato mais próximo com os países ocidentais. Em um contexto em que as mudanças na ordem global têm sido interpretadas por muitos nos termos de um “choque de civilizações”, potencial ou em andamento, a

política de alianças externas é muitas vezes interpretada como uma evidência do projeto que o governo brasileiro tem para o próprio país. Deste ponto de vista, uma política de “alianças exóticas” pode ser interpretada como significando um descompromisso com os “valores ocidentais”, incluindo-se aí a democracia liberal. Este ponto será aprofundado em seguida.

O Grupo de Diários América como um agente de reação

O Grupo de Diários América (GDA) foi criado no dia 14 de abril⁶ de 1991 (Santuário, 2002), inicialmente por três jornais: El Comercio (Peru), El Mercurio (Chile) e La Nación (Argentina). Em 1º de dezembro de 1994, quando O Globo passou a integrá-lo⁷ o grupo já contava com outros nove afiliados, entre os quais o Zero Hora,⁸ de Porto Alegre, o que fez com que o Brasil fosse o único país do consórcio a manter dois jornais membros de grupos distintos ao mesmo tempo.

Atualmente o próprio grupo, composto por jornais de onze países, define-se como a sociedade dos periódicos “de maior tradição e prestígio da região Sul da América”, “líderes e de máxima credibilidade em onze países da América, unidos por um mesmo espírito e compromisso”,⁹ conforme sua própria apresentação. Enquanto o consórcio requer para si a missão social de criar “uma grande rede de interação e confiança para fazer da América Latina um continente cada dia mais próspero, mais informado e mais humano”, estabelece três objetivos principais: “entregar um serviço ágil e eficaz a anunciantes que desejem publicações em mais de um [desses] países, fortalecer o intercâmbio de conteúdos jornalísticos e editoriais, consolidando o GDA como a melhor fonte de informação sobre a América Latina” e, finalmente, “velar pela liberdade e independência expressas na linha editorial e manter a liderança e a credibilidade entre os leitores”. Em outro momento, o grupo se define como o “instrumento

⁶ A escolha da data é uma referência ao dia das Américas.

⁷ “O Globo passa a integrar o Grupo de Diários América”, O Globo, 1/12/1994, p. 27.

⁸ O jornal Zero Hora deixou o GDA em 2005.

⁹ Idem.

mais importantes para conhecer a atualidade da América Latina”.¹⁰

O consórcio de jornais define o seu objetivo a partir de razões financeiras - o comércio de espaço simultâneo em vários jornais como proposta atraente para anunciantes. Contudo, ao requerer para si as funções de porta-voz do que seria a América Latina e de ser o reflexo confiável da opinião pública, bem como um “instrumento” capaz de influenciá-la, o GDA afirma claramente a existência de um projeto político que define a região e fala por ela.

Fala-se de jornais que são em geral familiares, tradicionais, politicamente conservadores e voltados para um público fundamentalmente das elites. La Nación (Argentina), El Mercurio e El Comercio (Peru) foram fundados ainda no século XIX, em 1870, 1827 e 1839, respectivamente, e todos os outros foram fundados na primeira metade do século XX¹¹. As famílias que os fundaram ou que os compraram ao longo do tempo são, em parte considerável, ligadas a política nacional desses países¹². Todos esses jornais estão entre os primeiros em número de circulação em seus países e a leitura dos editoriais de boa parte deles sugere orientações conservadoras expressas, por exemplo, na profunda crítica a movimentos e a medidas populares, que recebem de forma pouco crítica o título de populistas. Além disso, dirigem-se, em geral, às classes médias, como os níveis socioeconômico e educacional de seus leitores indica¹³.

¹⁰ “Serviços informativos do GDA” em www.gda.com (acesso em 10/6/2012).

¹¹ El Comercio (Equador) foi fundado em 1906; El Nuevo Dia (Porto Rico) em 1909; El Tiempo (Colômbia), em 1911; El Universal (México), em 1916; El Pais (Uruguai), em 1918; O Globo (Brasil), em 1925; El Nacional (Venezuela), em 1943 e La Nación (Costa Rica), em 1946.

¹² Alguns exemplos são o La Nación argentino, fundado por um ex-presidente da República Bartolomé Mitre (1862-1868); a família Santos, proprietária do El Tiempo, que tem entre seus integrantes presidentes, vice-presidentes e ministros da Colômbia ou, ainda, O Globo, propriedade familiar que foi representada durante muito tempo pelo patriarca Roberto Marinho que foi próximo dos presidentes do regime militar e amigo de poderosos políticos brasileiros, como Antônio Carlos Magalhães, chegando mesmo a sugerir o nome deste para Ministro das Comunicações no início da transição política (Porto, 2012:1).

¹³ Mais informações sobre as classes aos quais se dirigem nos portfólios dos jornais oferecidos pelo próprio GDA em: <<http://www.gda.com/>>.

O contexto em que o GDA surgiu foi também de transição para muitos países da América Latina. Alguns deles haviam saído recentemente de longos períodos de regimes autoritários – Brasil (1964-1985), Argentina (1976-1983), Chile (1973-1990), Uruguai (1973-1985), Paraguai (1954-1987), Bolívia (1971-1978)¹⁴ – e passavam pelo que seriam longas transições políticas, freadas ora pelo receio de regressões autoritárias e pela subsistência de atores autoritários possuindo o controle de recursos de poder, ora pela indiferença quanto ao regime em vigor, pelas consequências da crise econômica ou das desigualdades intensificadas pelo regime autoritário anterior (O'Donnell, 1988). Muitos desses países passaram, especialmente na década de 1990, pela implementação de políticas neoliberais. Foram os casos de Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, países inseridos no plano do “Consenso de Washington”,¹⁵ que consistia na adoção de certas medidas como condição básica para a renegociação de suas dívidas externas, entre as quais a mudança de prioridades nos gastos públicos, a liberalização do comércio, a privatização de empresas estatais e as taxas de juros positivas (Bandeira, 2002).

Esses jornais historicamente reivindicaram o papel de intérpretes do interesse da sociedade como um todo, e, principalmente nos anos 1990, tornaram-se porta-vozes de um discurso que via em um modelo ocidental a solução para o que muitos julgavam ser o “atraso” das sociedades latino-americanas. A partir do fim dessa década, contudo, com os movimentos de “virada à esquerda” já mencionados, surge também a necessidade de redefinição de papéis para essas organizações de imprensa formadas por grupos das elites locais que tiveram, em geral, proximidade com o poder ao longo da história. Portanto, ainda que a aliança que constituiu o GDA tenha tido como mote fundador razões de mercado, mudanças nas formas de conduzir a política na região motivaram uma redefinição do posicionamento desses jornais enquanto agentes políticos, que se intensificou

¹⁴ Há ainda o caso do Peru, onde se iniciava o governo autoritário de Alberto Fujimori, que duraria uma década (1990-2000).

¹⁵ As medidas que formaram o que ficou conhecido a posteriori como Consenso de Washington foram formuladas em 1989 por economistas de Washington.

e ganhou contornos mais claros no âmbito regional na transição entre as décadas de 1990 e de 2000.

Ao passo que emergiram governos que tomaram decisões diferentes do caminho anteriormente trilhado, no que se refere às políticas sociais, econômicas e às alianças externas, os veículos que compõem o GDA passaram a assumir o lugar de agentes de reação, que têm combatido o distanciamento dos governos de seus países do caminho ocidental. Assim, toma fôlego a ação do grupo no sentido de reforçar a definição da democracia nos termos de um alinhamento com o Ocidente. Esse próprio quadro indica uma crise desse alinhamento.

Nesse sentido, a partir de uma crise de identidade, um quadro interpretativo, que investe em um compromisso supostamente natural do Brasil e da América Latina com uma perspectiva ocidental, é acionado por esses veículos e se reflete na retomada de um discurso que vê o subdesenvolvimento como uma ameaça para a região caso o caminho “correto” não seja trilhado.

A América Latina e O Globo

A partir dessa premissa, de que um determinado caminho, alinhado com a política ocidental norte-americana, seria irrecusável, uma diversidade de temas é aglutinada dentro de um mesmo gancho interpretativo. Neste tópico, nossa preocupação é entender como as marcas dessa interpretação estariam presentes na forma como O Globo trata os governo do seu país e da América Latina.

É um consenso que o termo América Latina é de origem francesa e foi utilizado pelos intelectuais daquele país para justificar o imperialismo francês no México na segunda metade do século XIX (Bethell, 2009). Desde sua definição, portanto, a ideia de América Latina foi construída a partir da alteridade e de perspectivas externas à própria região, que se apresentaram e ainda e apresentam como

universais.

No pós-Primeira Guerra a Europa exercia um papel ativo no imaginário latino-americano, e, partindo dessa influência, propagaram-se ideias de intelectuais europeus que postulavam a inferioridade dos negros e mestiços frente “às raças puras”, o que dava ao Brasil, por exemplo – país de independência recente e ainda no processo de construção de sua identidade –, como a outras sociedades latino-americanas, a característica de uma sociedade “atrasada e doente” (Oliveira, 2002, p. 346). O discurso do pessimismo sobre as possibilidades de desenvolvimento da América Latina nunca se desintegrou. Na segunda metade do século XX, os regimes ditatoriais que tiveram lugar em toda a região e a crise econômica que a eles se seguiu, por volta dos anos 1980, intensificaram esse discurso e motivaram indagações sobre a viabilidade da democracia no continente. Na esteira dessas discussões, o modelo das democracias ocidentais estabelecidas volta a ser reafirmado pelas elites como parâmetro ideal.

Paralelamente a isso, após a Segunda Guerra Mundial, na segunda metade do século XX, tomou forma uma regionalização acadêmica do mundo, cujo impulso foi político e não nasceu nas áreas que emergiram como campos de estudo, mas sim em áreas historicamente centrais econômica e politicamente e de produção de conhecimento – América do Norte e Europa. Foi, portanto, no contexto da Guerra Fria que a América Latina emergiu como campo de conhecimento – a partir de fora.

Em uma perspectiva regional, o Brasil é um caso à parte quando se pensa, em perspectiva histórica, a integração latino-americana. Enquanto no início do século XIX, Simón Bolívar já pregava uma aproximação entre os países da América Latina, em especial da América hispânica, nem os políticos e intelectuais hispano-americanos consideravam o Brasil como um integrante, nem o próprio Brasil se considerava parte da América Latina. Foi apenas após a proclamação da República Brasileira que se moldou uma aproximação do país com os seus

vizinhos, a partir da realização das Conferências Pan-Americanas (Dulci, 2013).

Assim, é possível identificar claramente repertórios que têm reservado historicamente à América Latina um lugar periférico, o lugar de um polo de recepção de modelos. Modelos esses que contam com a aderência das elites e que, vistos como únicos caminhos em direção ao desenvolvimento, têm sufocado as possibilidades de construção de novas alternativas.

Nesse contexto, grandes jornais dos países latino-americanos reforçam uma aliança que toma forma não por ser essa região homogênea, mas por suas elites compartilharem o apoio a um determinado modelo de como a política deveria ser feita. Uma das maneiras pelas quais a renovação desse pacto toma forma no jornal brasileiro O Globo é pelo vocabulário adotado, que de forma recorrente concentra críticas sobre aquilo que seriam “defeitos latino-americanos”. Levando em consideração 12 editoriais e textos de opinião do jornal, publicados entre 2011 e 2014, chegamos às considerações discutidas neste trabalho.

Em primeiro lugar, esses textos indicam a pressuposição de que há um caminho correto a ser naturalmente trilhado. Assim, alianças com outros países inseridos no movimento de virada à esquerda não são bem recebidas no espaço editorial e de opinião do jornal por serem um fator que desvia o país de seu “rumo natural”. Por essa aproximação ser entendida como “exótica”¹⁶, fica claro que essa direção da política externa é considerada “alienígena”, exterior às necessidades brasileiras.

Em segundo lugar, pode-se dizer que esse material indica a aversão do veículo à política de aproximação diplomática com os países vizinhos, em especial a Venezuela. Se o Brasil durante muito tempo não se considerou parte da América

¹⁶ Editorial, O Globo, 1/12/2011.

Latina, a caracterização sarcástica da “diplomacia companheira”¹⁷ e da aproximação com “regimes companheiros”¹⁸ indicam a América Latina que o jornalismo brasileiro não quer ser, por seu característico “primitivismo ideológico”¹⁹ visto como entrave ao crescimento.

O terceiro ponto que se pode destacar, refere-se ao uso da adjetivação “terceiro- mundismo”²⁰ para caracterizar a política externa brasileira. O termo confere ao modelo brasileiro o sentido de um retrocesso e, ao mesmo tempo, indica o julgamento de uma suposta incapacidade de garantir o desenvolvimento do país. A partir disso, as caracterizações do governo como “lulismo”,²¹ também chamado pejorativamente de “lulopetismo”²², para se referir aos governos petistas de Lula e Dilma Roussef – indica que que esses governos seriam culpados pela escolha do caminho errado.

Um quarto ponto se encontra nos conceitos de “diplomacia de benemerências” e “bom-mocismo”²³, vocabulário usado após a presidente Dilma ter anunciado que perdoaria a dívida de alguns países africanos com o Brasil. Essa reação expressa também a aversão da política diplomática com relação ao continente africano e reafirma a importância que se dá à economia como campo que deveria ser porto no centro e se sobrepôr a todos os outros em um país “desenvolvido”. O termo bom-mocismo é uma clara reprovação a políticas que não garantam vantagens econômicas dentro da lógica capitalista.

¹⁷ “Sinal de sensatez na diplomacia”, O Globo, 15/3/2013, “O destino dos aliados do Itamaraty”, O Globo, 1/12/2011.

¹⁸ “Prejuízos da diplomacia de benemerências”, O Globo, 30/5/2013.

¹⁹ “Lula e a falência da doutrina Garcia”, O Globo, 31/1/2013.

²⁰ “Sinal de sensatez na diplomacia”, O Globo, 15/3/2013; “O destino dos aliados do Itamaraty”, O Globo, 1/12/2011; “Prejuízos da diplomacia de benemerências”, O Globo, 30/5/2013.

²¹ “O destino dos aliados do Itamaraty”, O Globo, 1/12/2011; “Lula e a falência da doutrina Garcia”, O Globo, 31/1/2013.

²² “Lula e a falência da doutrina Garcia”, O Globo, 31/1/2013.

²³ “Prejuízos da diplomacia de benemerências”, O Globo, 30/5/2013.

O quinto ponto, expresso no conceito de “antiamericanismo juvenil”²⁴, permite perceber que se considera ingênuo e infantil negar a aproximação com os EUA. Dessa forma, grosso modo, o jornal explicita sua defesa de um determinado modelo de concepção da política e da economia recusando veementemente a falência histórica do capitalismo.²⁵

Em outras palavras, dar preferência para a aliança política ou econômica com esses países é considerado como parte de um “espírito de demolição”²⁶ que não levariam o Brasil a lugar nenhum, constituindo o que julgam ser o atual “realismo fantástico” latino- americano²⁷, ou seja, algo que estaria fora da realidade desejada.

Diante do que foi exposto, podemos dizer que o jornal trilha quatro vieses claros. Um deles, normativo, ao definir um caminho a ser seguido sem possibilidade de alternativas. Um viés naturalizador, porque naturaliza esse caminho tornando surpreendente, fantástico ou exótico, no mau sentido, tudo que estiver fora dele. Um terceiro viés é o condenatório, que atribui a alguns personagens a responsabilidade por desvios, acusando-os de má-fé ou de incapacidade de enxergar o que deveria ser feito. E, por último, encontramos um viés seletivo, que diz quais países o Brasil deveria seguir e de quais não deveria se aproximar sob pena de ser a eles comparado.

Considerações Finais

²⁴ “A polêmica agenda do governo Dilma” (Editorial), O Globo, 25/6/2013; “O destino dos aliados do Itamaraty”, O Globo, 1/12/2011.

²⁵ “Declínio do declinismo”, O Globo, 16/1/2014.

²⁶ “Obsessão psicanalítica”, O Globo, 8/4/2013.

²⁷ “Obsessão psicanalítica”, O Globo, 8/4/2013. “Túnel do Tempo”, O Globo, 15/1/2013.

Depois de muito tempo a América Latina – e particularmente os vizinhos sul-americanos – se tornaram objeto de grande interesse no Brasil, tanto por parte do governo petista quanto da imprensa liberal-conservadora. O modo como este interesse se expressa é, contudo, bastante diferente nos dois casos. No caso do governo, ele está ligado a uma mudança dos rumos da política internacional, que valoriza os laços com outros países do “Sul” (e da América do Sul em particular) em detrimento do Ocidente. Alternativamente, o interesse de *O Globo* pelo tema se constitui com base em uma atitude de resistência à mudança de orientação. Isto não impede o jornal de se aproximar dos vizinhos. De fato, ele se aproximou de veículos liberais/conservadores de dez outros países da América Latina, integrantes do Grupo de Diários América, dentro de uma agenda comum de combate aos governos de esquerda, percebidos como ameaças aos valores fundamentais do Ocidente e, em particular, da democracia representativa. Na medida em que a região é percebida como experimentando uma tendência comum de transformação, o noticiário externo ganha tons locais, de modo que acontecimentos em países vizinhos são interpretados como prenúncios de um destino possível do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arditi, B. (2008). Arguments about the Left Turns in Latin America: A Post-Liberal Politics? *Latin American Research Review*, 43 (3), 59-81.
- Bandeira, L A M. (2002). “As políticas neoliberais e a crise na América do Sul”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 45 (2), 135-146.
- Bethell, L. 2009). “O Brasil e a ideia de ‘América Latina’ em perspectiva histórica.” *Estudos Históricos*, 22, (44) 289-321. Rio de Janeiro.
- Cameron, M. (2009). Latin America’s Left Turns: beyond good and bad. *Third World Quarterly*, v. 30, n.2, pp. 331-348.
- Castañeda, J. (2006). “The Latin America’s left turn”. *Foreign Affairs*, 85, 28-43.
- Dulci, T. M. S. (2013). *As Conferências Pan-americanas (1889-1928): identidades, união aduaneira e arbitragem*. São Paulo: Alameda.
- Mignolo, W. *La idea de América Latina*. (2007). Barcelona: Gedisa Editorial.
- O’Donnell, G. (1988). Transições, continuidades e alguns paradoxos. In Reis, Fabio Wanderley; O’Donnell, G. (org.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Editora Vértice, Revista dos Tribunais.
- Oliveira, L. L. (2002). Cultura e identidade nacional no Brasil do século XX. In Gomes, A. de C., Pandolfi, D., Alberti, V. (org.). *A República no Brasil*. (pp. 338-384). Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC.
- Rochlin, J. (2007). Latin America’s Left Turn and the New Strategic Landscape: The Case of Bolivia, *Third World Quarterly*, 28 (7) 1327-1342.
- Santuário, M. (2002). *A comunicação globalizada na América Latina: o caso do Grupo de Diários América (GDA)*. Novo Hamburgo: Editora Feevale.

Schamis, H. (2006). "A 'left-turn' in Latin America? Populism, socialism and Democratic Institutions." *Journal Of Democracy*, 17, (4) 21-34.

SELIGSON, M. (2007). The rise of populism and the left in Latin America. *Journal of Democracy*, 18 (3), 81-95.

Textos do jornal O Globo:

A polêmica agenda do governo Dilma. Editorial, 25/6/2013. Declínio do Declinismo. Demétrio Magnoli, 16/1/2014. Democracia Representativa. Merval Pereira, 26/6/2012.

O destino de aliados do Itamaraty. Editorial, 1/12/2011. Prejuízos da diplomacia de benemerências. Editorial, 30/5/2013. Roteiro para a comissão da reforma. Editorial, 18/7/2013.

Triste piada. Merval Pereira, 1/12/2012.

Lula e a falência da doutrina Garcia. Demétrio Magnoli, 31/1/2013. Mandela e o mensalão. Guilherme Fiuza, 21/12/2013.

Obsessão Psicanalítica. Fabio Giambiagi, 8/4/2013. Sinal de sensatez na diplomacia. Editorial, 15/3/2013. Túnel do Tempo. Merval Pereira, 15/1/2013.